

Bancos asseguram normalidade dos créditos de curto prazo 19 DEZ 1989

por Roberto Baraldi
de São Paulo

Bancos estrangeiros com representações e filiais no Brasil negaram que as instituições estejam restringindo os créditos de curto prazo ao País, destinados ao financiamento do comércio externo e a operações interbancárias.

Fontes do Credit Commercial de France (CCF) assinalaram que a instituição mantém ativas as linhas de curto prazo, que somam US\$ 50 milhões. "Já mais tivemos a intenção de mexer nestas linhas", destacaram as fontes do banco.

Da mesma forma, o Chase Manhattan informou que mantém ativas todas as linhas comerciais e do interbancário. "Estamos até mesmo ampliando o prazo de algumas operações comerciais para três anos", disse um executivo do banco. Fontes do Deutsche Sudamerikanische Bank AG, ligado ao Dresdner Bank, um dos maiores da Alemanha Ocidental, afirmaram desconhecer qualquer movimentação dos conglomerados no sentido de restringir as linhas de financiamento de curto prazo ao Brasil.

Predominava ontem junto aos bancos estrangeiros um clima de tranquilidade de corrente dos resultados da eleição presidencial. A vantagem de Fernando Collor de Mello sobre Luiz Inácio Lula da Silva foi bem recebida pelo merca-

do, por abrir perspectivas para uma produtiva retomada das negociações em torno da dívida externa.

Um os executivos destacou que as linhas de financiamento comercial — cujos juros e principal são honrados pelo Brasil — não sofreriam cortes nem mesmo na hipótese de uma vitória do candidato de esquerda, que em seu programa defende a suspensão do pagamento da dívida externa, mas a manutenção das

linhas de curto prazo.

De acordo com o raciocínio de um executivo, o financiamento do comércio externo é uma das poucas atividades desenvolvidas atualmente pelos bancos estrangeiros estabelecidos no Brasil. Isto porque os pagamentos do Brasil estão em dia nesta faixa de negócios. "E aí que giramos o dinheiro e obtemos resultados. O País é muito propício para estas operações, devido à sua intensa

atividade exportadora", comentou um executivo.

As taxas cobradas pelos bancos, que refletem o grau de risco embutido nessas operações, não oscilaram nas últimas semanas. As taxas experimentaram forte oscilação em setembro último, quando o Brasil deixou de pagar os juros devidos. Saltaram então da Libor mais 13/16 (0,8125%) para a Libor mais 1 1/8 (1,125%) ou 1 1/4 (1,25%) e permanecem neste nível.